

Aposta de desemprego maior que em 2018 começa a ganhar força

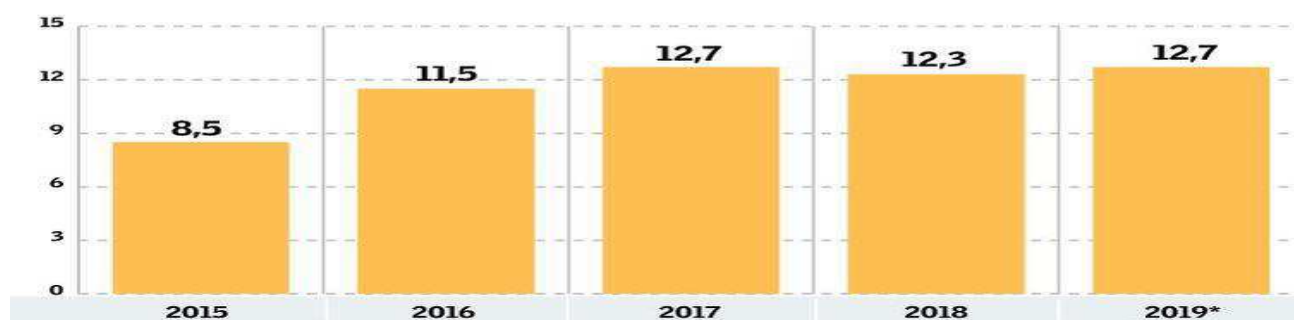
Por Thais Carrança

A taxa média de desemprego em 2019 pode ficar acima daquela de 2018, já acreditam alguns economistas. Para estes analistas, a discrepância entre o comportamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que antes levava a crer que uma melhora do mercado de trabalho formal estava em curso, agora sugere que as vagas com carteira que estão sendo geradas podem não ser suficientes para uma queda da taxa média de desemprego no ano. A posição ainda é minoritária entre os economistas, mas era impensável até há pouco.

A taxa de desocupação encerrou o primeiro trimestre em 12,7% e o país somava então 13,4 milhões de desempregados.

Piora em 2019?

Taxa média de desemprego no ano - em %



Fontes: IBGE.*Estimativa Bradesco

O Bradesco elevou sua estimativa para a taxa média de desemprego em 2019 de 12,3% para 12,7%, patamar que devolveria o indicador ao nível de 2017 e acima da média de 12,3% registrada em 2018. Segundo o banco, o desempenho pior do que o esperado para o Caged no primeiro trimestre foi a causa da revisão para cima.

INFORME

Na semana passada, o banco piorou suas estimativas para o PIB de 2019 e do primeiro trimestre, para alta de 1,1% e queda de 0,2%, respectivamente. "Sem um ritmo claro de retomada, a confiança de empresários e consumidores para os próximos seis meses continuou cedendo, o que tem impacto em investimentos e emprego", observa a instituição em relatório.

A equipe do Bradesco destaca que os dados de emprego formal voltaram a registrar fechamento líquido de vagas em março (43,2 mil, segundo o Caged) e a média dos últimos três meses cedeu para 17 mil postos criados. "Para manter a taxa de desemprego estável, são necessárias 50 mil vagas formais abertas por mês", observam os economistas. "Com isso, elevamos nossa projeção para a taxa de desemprego para 12,7%."

O banco já havia alertado, por ocasião da divulgação da Pnad do primeiro trimestre, que a discrepância entre a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o registro administrativo do Ministério da Economia passou a jogar contra as expectativas para o mercado de trabalho.

Desde o ano passado, o Caged mostrava seguidos meses de saldos positivos de geração de vagas formais, enquanto o emprego com carteira assinada não dava nenhum sinal de melhora na Pnad. Economistas não conseguiam explicar a discrepância, mas apontavam para a defasagem entre os dados devido às diferentes metodologias, e diziam que a melhora do Caged provavelmente anunciava uma recuperação também na Pnad, que seria só questão de meses.

No trimestre encerrado em março, de fato, a população ocupada no setor privado com carteira teve seu primeiro crescimento na comparação interanual (0,25%) depois de uma sequência de 49 meses de quedas. O resultado foi comemorado por analistas, que também destacaram a aceleração da ocupação em geral, com alta de 1,8% no período, acima do avanço de 1,2% registrado até fevereiro, sempre na base anual.

O Bradesco avalia, porém, que ao olhar para a Pnad, talvez estejamos olhando para o passado. "Há um descasamento entre os dados do Caged e os da Pnad Contínua, sendo que os últimos começaram a reportar apenas agora a melhora do emprego formal observada no final de 2018", observam os economistas. "Caso essa defasagem se mantenha, há o risco de um novo aumento da taxa de desemprego nos próximos meses, visto que a geração de emprego formal perdeu tração no início deste ano."

A A.C. Pastore, consultoria do ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore, também destaca a discrepância entre os levantamentos, mas avalia que, como a série da Pnad Contínua é muito curta (a pesquisa teve início em 2012), não é possível estabelecer

INFORME

uma relação de precedência temporal entre as séries. Os economistas preferem então olhar para outros indicadores que ajudam a traçar a tendência do mercado de trabalho nos próximos meses.

Eles destacam que, no indicador de confiança empresarial da Fundação Getulio Vargas (FGV), cresceu em abril o percentual de empresas que pretendem reduzir o seu quadro de funcionários (de 12% em janeiro para 14%) e caiu as que planejam contratar (de 19% no começo do ano para 16,5%). Na confiança do consumidor, cresceu o percentual de indivíduos que acreditam que é mais difícil encontrar emprego, e desde o último trimestre de 2015 este percentual se encontra acima de 90%.

"Com base nas informações das pesquisas de confiança não é possível apostar em uma tendência robusta de recuperação do emprego", escrevem os economistas, em relatório. Eles destacam que o ritmo de crescimento econômico também não parece compatível com uma aceleração do mercado de trabalho.

Apesar da estimativa do Bradesco representar uma novidade, ela ainda não é uma tendência entre os economistas. O Itaú, por exemplo, cortou sua projeção para o PIB em 2019 e 2020 para 1,0% e 2,0%, respectivamente, mas ainda espera uma queda gradativa da taxa média de desemprego de 12,3% em 2018 para 12,0% e 11,6% nos dois anos seguintes.

Mais otimista, a MCM Consultores espera uma taxa de desemprego média de 11,8% neste ano, com crescimento de 1,3% da população ocupada e de 0,5% da força de trabalho. Do crescimento da população ocupada, 0,4 ponto percentual deverá ser fruto do crescimento dos trabalhadores formais, cujo contingente deve apresentar crescimento de 0,7% no ano.

Crise amplia universo dos sem aposentadoria nem trabalho acima de 50 anos

Por Bruno Villas Bôas

Dois anos de recessão e a consequente crise no mercado de trabalho fizeram crescer rapidamente o número de homens de 50 a 69 anos de idade no país que não trabalham nem procuram emprego, mesmo sem receber aposentadoria ou pensão.

Levantamento da consultoria LCA a pedido do Valor mostra que o total de pessoas que reúnem essas condições estava em 1,843 milhão em 2017, 11% acima do ano anterior

INFORME

(189 mil pessoas a mais). O contingente representava 9,6% dos homens dessa faixa etária.

Esse fenômeno foi inicialmente identificado por um estudo das pesquisadoras Ana Amélia Camarano e Daniele Fernandes, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que observam há anos a tendência desse grupo, batizado de "nem nem maduros".

As pesquisadoras afirmam que os homens que se encaixam no perfil "nem nem" representavam 4,2% da faixa etária em 1992. Esse número cresceu para 6,2% em 2005 e alcançou 8,3% em 2015.

Segundo a LCA Consultores, que levantou os números mais recentes a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua), esses homens têm como característica comum pertencer a famílias de baixa renda e ter baixa escolaridade.

"É preocupante, porque são pessoas que têm e terão muita dificuldade de se recolocar no mercado de trabalho. Com o tempo, ficam desatualizadas, perdem autoestima e desistem de procurar recolocação", diz Cosmo Donato, economista da LCA.

Do total de homens que não trabalham, não procuram emprego nem têm aposentadoria, 71% não tinham instrução ou ensino fundamental completo. Somente 5% cursaram ou completaram o ensino superior. É presumível que parte tenha se dedicado a trabalhos braçais, no campo e nas cidades.

O levantamento mostra que a maioria esmagadora é beneficiária de programas sociais, como Bolsa Família e BPC (Benefício de Prestação Continuada). Do 1,843 milhão de "nem-nem maduros", 1,418 milhão (77%) participa desses programas. Acredita-se também que parte é sustentada por outros integrantes da própria família, como esposas e filhos.

Como não procuram emprego, esses homens estão fora força de trabalho. Isso significa que não são considerados desempregados nas estatísticas do IBGE. A maioria está no chamado desalento - desistiu de procurar trabalho por não acreditar que encontraria.

Pesa contra a recolocação profissional a percepção negativa de empregadores sobre a saúde da mão de obra mais velha e sua produtividade. Há percepção de que, embora com mais experiência profissional, eles têm mais dificuldade para acompanhar as frequentes mudanças tecnológicas.

André das Neves Ferreira, de 52 anos, vivia como camelô - ocupação definida pelo IBGE como trabalho "por conta própria" - nas ruas do Rio. Com a crise, as vendas caíram. Para

INFORME

piorar, sua mercadoria acabou apreendida. Ficou sem renda e, sem família para apoiar-se, precisou ir morar em um hotel social da prefeitura.

Criado na favela da Rocinha, Ferreira chegou a fazer um currículo com apoio do serviço social. Levou-o a bancos de emprego do Estado, mas nenhuma ocupação apareceu. Acredita que ter estudado só até a sétima série prejudicou a busca por trabalho. Desistiu também de procurar. "Eu vivo com apoio da assistência social, com alguma ajuda de pessoas que doam coisas", diz Ferreira, que não recebe Bolsa Família ou outros benefícios de programas de transferência de renda.

Donato lembra que parte desses "nem nem maduros" está atualmente enquadrada nas regras do Benefício de Prestação Continuada, que paga um salário mínimo para idosos (mais de 65 anos) que não têm aposentadoria. O governo, porém, estuda atualmente mudar a regra. "Se essa pessoa não contribuiu por 20 anos e não tem perspectiva de voltar ao mercado, entra na regra do BPC. Mas, pela proposta nova, essa pessoa passaria a ter o benefício ao 60 anos, recebendo apenas R\$ 400 mensais. Para receber um salário mínimo, somente depois dos 70 anos", disse Donato.

Segundo Donato, não está claro se essa saída "precoce" do mercado de trabalho foi interrompida em 2018, com a recuperação ainda lenta e incerta do mercado de trabalho. Para ele, será preciso aguardar a divulgação dos microdados da pesquisa do IBGE referentes ao ano passado. "A taxa de desemprego ainda está muito elevada, ou seja, ainda há muita mão de obra capacitada na fila, a qual deve ser absorvida antes. As pessoas com o perfil pesquisado ficarão no fim da fila, ainda mais que prevemos desemprego abaixo de 10% somente em 2021", diz o economista da LCA.

Uma parcela da inatividade desses homens de meia idade também está relacionada a questões como uso de drogas, abuso de álcool e outros fatores, inclusive psiquiátricos. São características não quantificadas pelo IBGE, mas identificável por assistentes sociais.

Priscila Mello, integrante da ONG Vidas Invisíveis, que auxilia a reintegração de pessoas em situação de rua no Rio, diz que grande crescimento do número de pessoas em situação de miséria na faixa de 40 a 60 anos. Ela diz que o perfil "comum" de moradores de rua era de mais jovem antes. "Eram jovem com problema de vício, ex-detentos. Durante a crise, porém, muita gente mais velha perdeu emprego. Tornou-se comum encontrar pessoas que perderam emprego e foram para rua, não tiveram coragem de ir com mulher e filhos para casa de parentes."

(Fonte: Valor Econômico – 16/05/2019)